

Comentários ou Aspetos a retificar/ contemplar	Posição da CMFA resultante da reunião de concertação de 19/12/2023
<b>III. ANÁLISE</b>	
Conferidos os elementos inseridos na PCGT e após a análise da ponderação dos mesmos, refere-se o seguinte sobre o seguinte documento: <u>Parecer 1.ª CC - Aspetos a retificar/completar ou comentários e as Alterações realizadas</u>	
<b>1.  Ponto 3. Análise e 3.1.</b> Verificadas as alterações efetuadas, conclui-se que foi integrada a informação proposta relativa à legislação específica no âmbito dos Interesses Específicos relativos à Conservação da Natureza e Florestas. Considera-se suficiente o apresentado na FIG. III.8.3.	-
<b>2.  3.2. Quanto à Proposta de Ordenamento (PO). 3.2.1. Estrutura Ecológica Municipal (EEM).</b>	
a. Apesar de se compreender a justificação apresentada, entende-se, dada a natureza do estudo em desenvolvimento, que esta deverá ser completada com a elaboração de Carta de Valores Naturais existentes no concelho.	Pese embora todos os valores naturais identificados no concelho se encontrem representados na Planta de Ordenamento - EEM (peça fundamental do plano) e a apresentação da Carta dos Valores Naturais não acrescente informação, o ICNF entendeu ser fundamental a existência desta carta (em formato A3), porque é a que vai identificar e assegurar a conservação destes valores. Nesse sentido, será incluída a planta no Volume II, no capítulo relativo aos Valores Naturais (ver anexo).
b. Os objetivos preconizados para a EEM contribuem para salvaguarda dos valores naturais. No entanto, considera-se não estarem, na sua íntegra, salvaguardados em termos normativos/regulamentares.	Ponderada a questão, a redação do artigo 11.º relativo ao regime da EEM foi alterada, integrando normas específicas de proteção para a área da Serra do Paço e dos Matos, bem como dos charcos temporários, ao encontro da proposta do ICNF (ver redação proposta para o artigo 11.º , em anexo).

<p>c. Na EEM, o Município delimitou, ainda, áreas de “Lagoas e Lagos” que correspondem a pequenas zonas de encharcamento temporário com características semelhantes ao habitat protegido e prioritário “Charcos Temporários Mediterrânicos”<sup>1</sup>, relevantes quer para a fauna quer para a flora (e.g. alberga comunidades de espécies raras, ameaçadas ou endémicas, criação de refúgios para a biodiversidade, aumento da conectividade entre habitats de água doce, facilitando movimentos de dispersão de espécies, local de abeberamento e alimentação para a fauna). Estas áreas estão localizadas, na planta de ordenamento, em “espaços agrícolas” e “espaços agrossilvopastoris”, o que se considera inadequado face às necessidades de gestão destes habitats, designadamente a mobilização de solo, a florestação, drenagem, excesso de pisoteio são algumas das ameaças diretas à manutenção destes habitats. Considera-se, assim, que estes deveriam ser classificados como “Espaços Naturais e Paisagísticos”. Ainda, tratando-se de áreas não permanentemente alagadas, a sua designação deverá ser alterada para Charcos Temporários pois são habitats ecologicamente distintos.</p> <p>Mais, face a imagens satélite mais recentes<sup>2</sup>, verifica-se que algumas destas estão sobrepostas a áreas com culturas arbóreas permanentes em regime intensivo e/ou superintensivo (FIG.02) sendo este uso incompatível com a conservação destes espaços. Assim, esta cartografia deverá ser revista de modo a retirar as áreas sobrepostas identificadas na FIG.02.</p>	<p>Tendo-se concluído sobre a coincidência entre os lagos e lagoas identificados na REN e incluídos na EEM, sugere-se acrefoi acrescentada na designação daquele elemento da EEM a correspondência com os charcos temporários. Apesar de se ter verificado que alguns dos charcos temporários já foram ocupados por culturas permanentes, em regime intensivo, por indicação do ICNF, mantém-se, na EEM, a totalidade dos charcos identificados. Quanto à sugestão de estas áreas serem identificadas como categorias de uso do solo, considera-se que a dimensão das mesmas não justifica a sua delimitação enquanto categoria de uso, atendendo à escala da Planta de ordenamento. De qualquer forma, pretende-se que a alteração do artigo 11.º contribua para a salvaguarda destas áreas no concelho de Ferreira (ver redação proposta para o artigo 11.º, em anexo).</p>
<p>d. Relativamente à “Área de Proteção da Serra do Paço”, considera-se que esta deverá também abranger, na sua totalidade, as áreas de matos assinaladas na FIG.01 por se considerar que são uma mesma unidade.</p>	<p>Os matos são um dos elementos da EEM, sendo-lhes aplicáveis as mesmas disposições que à Serra do Paço (artigo 11.º). Não se considera necessário alterar o limite da Serra do Paço. Acresce que a norte da EN121, há um EIA relativo a uma central solar fotovoltaica, com compromisso da CMFA.</p>
<p><b>Ver Imagens Parecer</b></p>	
<p><b>3.  Classificação e qualificação do solo</b></p>	
<p>a. De acordo com as shapes enviadas referentes à proposta de Ordenamento, verifica-se que não foi aceite a proposta de alteração da qualificação dos Espaços Agrícolas em duas categorias, pelo que não está assegurada a proteção da espécie <i>Linaria Ricardoi</i> (1713*).</p>	<p>A qualificação do solo é uma competência e autonomia municipal no quadro dos instrumentos de gestão territorial. A proteção da <i>Linaria Ricardoi</i> encontra-se assegurada através da sua integração na EEM (art.º 10º) e do respetivo regime (art.º 11.º) (ver redação proposta para o artigo 11.º, em anexo).</p>

<p>b. Sublinha-se que no Ofício com a ref.ª S-011808/2022 /DR-ALT/DRCNB/DOT, refere-se que “ (...) É de realçar que a alteração proposta é suportada tecnicamente pela existência da espécie prioritária <i>Linaria Ricardoi</i> (1713*), pela necessidade de criação de bolsas agrícolas que preservem o mosaico paisagístico, que alterem a monocultura intensiva presente, com recurso à gestão agrícola tradicional, com um manejo dos olivais sem rega ou aplicação de herbicidas e com uma a duas lavras por ano assim como promovam o elencado no documento da Proposta de Ordenamento do PDM em causa, que refere que os objetivos para as áreas de conectividade ecológica são, entre outras, as seguintes: “A manutenção do mosaico com pastagens e sistemas agrícolas tradicionais. A implementação e utilização do código das boas práticas agrícolas. A promoção dos usos e atividades que, historicamente, contribuem para o desenho da paisagem e para a preservação do património natural, como sejam, a agricultura, a silvicultura, a pecuária, a pesca, a cinegética. A elaboração de um plano de conservação dedicado à preservação da <i>Linaria ricardoi</i>, sendo que as medidas de conservação deverão centrar-se na manutenção dos sistemas agrícolas tradicionais, através da contratualização com os proprietários dos terrenos no sentido da manutenção de parcelas de olival tradicional com núcleos da planta e através do incentivo económico aos produtores de forma a manterem as práticas de gestão.”</p>	-
<p>c. Sendo assim, e no âmbito da alteração do procedimento em curso sobre os Espaços Agrícolas, determina o Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto - CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO E RECLASSIFICAÇÃO DO SOLO – no Artigo 18.º que “2 - Os regimes de uso do solo aplicáveis a estes espaços devem promover a compatibilização do aproveitamento agrícola e pecuário com as outras funções que o solo, em articulação com o ciclo hidrológico terrestre e o clima, desempenha no suporte aos processos biofísicos vitais para a conservação da natureza e da biodiversidade.”</p> <p>d. Atendendo ao referido anteriormente e face à existência de espécies ameaçadas e protegidas no concelho é necessário definir uma nova categoria, em termos de qualificação, que favoreça a conservação e biodiversidade da natureza.</p>	<p>A qualificação do solo é uma competência e autonomia municipal no quadro dos instrumentos de gestão territorial. A proteção da <i>Linaria Ricardoi</i> encontra-se assegurada através da sua integração na EEM (art.º 10º) e do respetivo regime (art.º 11.º) (ver redação proposta para o artigo 11.º , em anexo).</p>

<p>e. Deste modo propõe-se, novamente, a integração nos Espaços Agrícolas, incluído na área do Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva, de uma nova categoria definida como OUTROS ESPAÇOS AGRÍCOLAS- OLIVAIS TRADICIONAIS, ÁREAS DE POUSIO E OUTRAS ÁREAS no qual serão afetados os polígonos delimitados com Linaria Ricardoi (1713*), incluídos na proposta de Estrutura Ecológica, em coexistência com olivais tradicionais e áreas de pousio que são favoráveis à conservação desta espécie.</p>	<p>A qualificação do solo é uma competência e autonomia municipal no quadro dos instrumentos de gestão territorial. A proteção da Linaria Ricardoi encontra-se assegurada através da sua integração na EEM (art.º 10º) e do respetivo regime (art.º 11.º).</p>
<p>f. Propõe-se que os polígonos identificados com Linaria Ricardoi (1713*), sejam ampliados incluindo as áreas de olival tradicional, pousios e outras áreas onde se identificaram espécies ameaçadas.</p>	<p>A qualificação do solo é uma competência e autonomia municipal no quadro dos instrumentos de gestão territorial. A proteção da Linaria Ricardoi e das restantes espécies ameaçadas encontradas encontra-se assegurada através da sua integração na EEM (art.º 10º) e do respetivo regime (art.º 11.º). O olival também se encontra protegido por via do regime específico aplicável, encontra-se delimitado na Planta de condicionantes geral e identificado como restrição de utilidade pública no artigo 7.º do Regulamento. Face ao exposto, considera-se não haver necessidade de dividir a categoria dos espaços agrícolas por forma a proteger áreas de olival tradicional e de espécies ameaçadas e protegidas.</p>
<p><b>Ver imagem Parecer</b></p>	
<p>g. Quanto a outras espécies de flora RELAPE identificadas para o concelho de Ferreira do Alentejo associadas a sistemas agrícolas tradicionais de sequeiro (e.g. Adonis annua, Adonis microcarpa, Biarum mendax, Bupleurum lancifolium, Galium viscoum, Linaria hirta, Linaria ricardoi, etc.), estão em solo rústico, nos “espaços agrícolas” que se considera compatível com a presença destas espécies desde que sejam conservadas as áreas de sequeiro, pelo menos os olivais tradicionais, com limitações à alteração do uso do solo, garantido a sua gestão com mobilizações do solo pouco profundas no outono/inverno, e sem aplicação de herbicidas. Nas bermas de estradas na área de distribuição da L. ricardoi, o corte da vegetação deverá ocorrer no final da primavera e não deverá ser aplicado herbicida. Assim, considera-se que seria mais adequado a inserção destes biótopos numa nova categoria dentro dos “espaços agrícolas”, “OUTROS ESPAÇOS AGRÍCOLAS-OLIVAIS TRADICIONAIS, POUSIO E OUTRAS ÁREAS” à qual serão afetados os polígonos delimitados com Linaria ricardoi e outras espécies ameaçadas associadas.</p>	<p>Ponderada a questão, foi alterada a redação do artigo 11.º do Regulamento, relativo ao regime da EEM, por forma a incluir norma que obrigue a consulta do ICNF sempre que esteja em causa qualquer alteração de uso em áreas com espécies ameaçadas, linaria ricardoi e abrangidas pelos charcos temporários (ver redação em anexo).</p>

<p>h. Na Planta de Ordenamento, a área dos gabros está incluída na sua maior parte em espaços agrossilvopastoris, cujos objetivos se consideram compatíveis com a gestão necessária à presença destas espécies, nomeadamente o pastoreio em extensivo que contribui para a existência um mosaico de áreas abertas e matos. No entanto, considera-se que a área 1, identificada na FIG. 04, deveria estar inserida, na totalidade, em espaço agrossilvopastoril pela presença de matos mediterrânicos. Na área 2 (Figura 04), as áreas de matos no concelho de Ferreira do Alentejo estão incluídas nestes espaços.</p>	<p>Ponderada a questão, não se confirmou a existência de matos enquanto ocupação dominante da área assinalada. A COS 2018 indica para a referida área "2.1.1.1 Culturas temporárias de sequeiro e regadio", ocupação que se confirma através da fotointerpretação, pelo que não se considera adequado integrar a área na categoria dos espaços agrossilvopastoris, quando o uso dominante é o agrícola. Mantida a qualificação.</p>
<p><b>Ver imagem parecer</b></p>	
<p>i. Sobre os espaços florestais -1. Planta de ordenamento – Classificação e qualificação do solo. Discorda-se da análise efetuada pela Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo sobre este ponto. Tratando-se de uma revisão do seu PDM, a classificação do solo rústico deve ter em consideração o disposto no Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto, nomeadamente o disposto no artigo 19.º onde estão considerados os “Espaços florestais de produção”, tendo em conta a potencialidade e o uso florestal que ocorre nas áreas em apreço. Verifica-se que as áreas ocupadas com povoamentos florestais de produção (eucalipto e pinheiro-manso) estão classificadas como “Espaços Agrossilvopastoris”, o que não corresponde à funcionalidade destes espaços, pelo que devem ser classificados como “Espaços florestais de produção”</p>	<p>Os espaços agrossilvopastoris abrangem o conjunto de áreas de SAF de sobreiro , azinheira etc. As áreas com povoamentos florestais de eucalito e pinheiro manso foram incluídas nos espaços agrossilvopastoris por uma questão de generalização e homogeneização de manchas, atendendo à reduzida dimensão das mesmas.</p>
<p><b>4.]</b> As referências que estavam incluídas no ponto VIII.1.4.5. AÇÕES DE ARBORIZAÇÃO E REARBORIZAÇÃO (pág. 38 e 39) do volume “PARTE VIII PLANEAMENTO, ORDENAMENTO E DESENVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO - CONDICIONANTES AO USO DO SOLO”. Na presente versão deste volume (agosto de 2023) o referido ponto já não figura, pelo que não é possível avaliar a correção</p>	<p>Foi retirado o ponto, por se entender que não deve constar da lista de servidões e restrições de utilidade pública. Contudo, o regime da arborização e rearborização aplica-se.</p>
<p><b>5.]Proposta de Regulamento</b></p>	
<p>a. Para uma melhor efetivação em termos de conservação das espécies em causa, nomeadamente a L. ricardoi e outras RELAPE o Regulamento do PDM deve introduzir normas nos Espaços Agrícolas com outra categoria “Outros espaços agrícolas - olivais tradicionais, pousio e outras áreas”, que impossibilitem a alteração da ocupação do solo. A título de exemplo:</p>	

<p>A ocupação do solo não pode promover a destruição de espécies ameaçadas e protegidas através de uma agricultura em regime intensivo e superintensivo, sendo de interditar as seguintes ações, atividades e usos do solo:</p> <p>i. Implementação de culturas permanentes, arbóreas ou arbustivas, nomeadamente olivais e vinhas em regime intensivo e superintensivo, bem como de culturas anuais com rega.</p> <p>ii. Implementação ou reconversão de culturas através do recurso à rega, com exceção nas áreas de pousio ou outras para cereais de regadio, prados e coassociações de leguminosas e gramínea;</p> <p>iii. Tendo em conta os efeitos do uso de produtos fitofármacos, nomeadamente herbicidas, sobre</p> <p>E, deverão ser promovidas as seguintes ações:</p> <p>i. Manutenção dos olivais tradicionais;</p> <p>ii. A manutenção da cerealicultura extensiva em área aberta assente numa rotação cultural;</p> <p>iii. Mobilização pouco profunda do solo apenas no outono/inverno;</p> <p>iv. Não aplicação de herbicidas;</p> <p>v. Nas bermas de estradas e áreas incultas dos prédios rústicos da área de distribuição da L. ricardoi, o corte da vegetação deverá ocorrer no final da primavera e não deverá ser aplicado herbicida.</p> <p>vi. Aquando da solicitação de alteração do uso do solo nestas áreas, a Câmara Municipal deverá efetuar uma comunicação prévia às entidades competentes.</p>	<p>Atendendo a que as espécies RELAPE já se encontram identificadas na EEM, cujo regime se sobrepõe ao das categorias de uso do solo, considera-se que não é necessária a delimitação de uma subcategoria que integre as áreas de ocorrência destas espécies. Contudo e considerando também que as atividades agrícolas não são objeto de controlo prévio por parte da Câmara Municipal e que esta não pode ser responsável pela fiscalização das medidas propostas destinadas à preservação das espécies ameaçadas e protegidas, introduziu-se no regime da EEM norma que obrigue a consulta ao ICNF sempre que esteja em causa qualquer alteração de uso que interfira com as áreas de ocorrência destas espécies, já que se trata de espécies identificadas nos Anexos do DL 140/99 (ver redação proposta para o artigo 11.º, em Anexo).</p>
<p>b. “Lagoas e Lagos” (Charcos Temporários) - este é um habitat vulnerável sujeito a uma grande pressão sendo que as principais ameaças se relacionam com as práticas agrícolas e pecuárias prejudiciais para os mesmos. Incluem-se nas ameaças, as lavouras das áreas dos charcos, a abertura de valas para drenagem, as terraplanagens ou por outro lado o afundamento para conversão em reservatórios permanentes, a utilização de agroquímicos ou a irrigação de culturas e ainda o elevado encabeçamento pecuário. Assim, propõe-se a seguinte redação para o artigo:</p>	<p>-</p>
<p><b>Regime de preservação de Charcos Temporários</b></p>	

<p>1 — A importância para a conservação da biodiversidade determina que os Charcos Temporários (CT), classificados ou não como habitat 3170* e que integram os Espaços Naturais e Paisagísticos ficam sujeitos ao seguinte regime:</p> <p>i. Deverá ser assegurada a compatibilização da ocupação e uso do solo resultante das atividades humanas com a conservação dos Charcos Temporários;</p> <p>ii. Para efeitos do cumprimento da alínea anterior deverá ser aplicado um código de boas práticas ambientais de acordo com as condicionantes identificadas no ponto 3 do presente artigo;</p> <p>iii. Complementarmente à alínea anterior deverá ser elaborado um plano de gestão e salvaguarda dos CT da responsabilidade do Município e com a participação das entidades da tutela;</p> <p>iv. As alterações de uso do solo ou as operações agrícolas que envolvam intensificações desse uso pretendidas em prédios rústicos que integrem no seu território charcos temporários e com incidências nos respetivos espaços onde se situam têm de ser objeto de consulta prévia à Câmara Municipal.</p>	<p>Ver redação proposta para o artigo 11.º, em Anexo</p>
<p>2 — Aos CT cartografados aplicam -se as normas constantes nos regulamentos da Rede Natura para enquadramento das intervenções a ocorrer nos prédios rústicos que integram os respetivos charcos.</p>	<p>Ver redação proposta para o artigo 11.º</p>

<p>3 — Ao nível das operações de intervenção nos territórios envolventes aos CT cartografados aplicam -se as seguintes condicionantes:</p> <p>i. Proibição de operações de drenagem ou aprofundamento dos solos (parcial ou total);</p> <p>ii. Interdição de mobilizações profundas para impedir a destruição da estrutura vertical do solo;</p> <p>iii. Interdição de atividades agrícolas intensivas (nomeadamente rega e descargas do sistema de rega), aplicação de fitofármacos e plantação de espécies arbóreas, com particular destaque para o eucalipto, na área dos charcos e nas suas imediações, numa distância de 10 metros a contar dos limites evidentes de pleno enchimento do charco para assegurar a manutenção do regime hidrológico natural, independentemente do que vier a ser fixado no âmbito do plano de gestão;</p> <p>iv. Interdição de deposição de entulhos, resíduos ou de terras que possam alterar a orografia do terreno; v. Interdição da construção de edificações, construção de caminhos agrícolas, rurais, florestais ou aceiros na área do charco e numa faixa de 10 metros a contar dos limites evidentes de pleno enchimento;</p> <p>vi. Interdição da realização de atividade de lazer motorizadas;</p> <p>vii. Interdição do acesso do gado aos charcos na época de encharcamento</p>	<p>Ver redação proposta para o artigo 11.º</p>
<p>4 — A fiscalização do cumprimento do disposto no presente artigo é da competência da Câmara Municipal que dará conhecimento de eventuais irregularidades detetadas às entidades competentes.</p>	<p>Ver redação proposta para o artigo 11.º</p>
<p>c. Considera-se que os usos para os espaços agrícolas e florestais (agrossilvolpatoris) coincidentes com valores naturais de flora identificados, na generalidade, compatíveis. Contudo, dado o valor conservacionista dos mesmos tendo sido identificadas, na planta de ordenamento, nomeadamente na EEM áreas próprias (i.e. Serra do Paço, Linaria ricardoi, matos, Lagoas e Lagos), considera-se relevante que as mesmas devam ser distinguidas e regulamentadas para salvaguarda dos mesmos. O artigo do regulamento referente ao regime da EEM (11.º) apresenta-se vago face às</p>	



1. “Nas áreas correspondentes à “Área de Proteção da Serra do Paço” e “Matos” (identificadas na EEM), com vista à conservação de espécies da flora ameaçadas na Lista Vermelha da Flora Vascular de Portugal Continental, deverá ser interdito:	Ponderada a questão, foi alterada a redação do artigo 11.º relativo ao regime da EEM. Contudo, remete-se a fiscalização para o ICNF (ver redação do artigo 11.º, em Anexo).
i. A desmatção para reconversão, expansão e intensificação agrícola e para infraestruturação;	
ii. A modelação do terreno;	
iii. A destruição/retirada dos afloramentos rochosos;	Ponderada a questão, foi alterada a redação do artigo 11.º relativo ao regime da EEM. Contudo, remete-se a fiscalização para o ICNF (ver redação do artigo 11.º, em Anexo).
iv. O uso de fitofármacos, nomeadamente herbicidas	
2. Nestas áreas as atividades agrícolas, agrossilvopastoris e florestais devem desenvolver-se de forma a evitar a destruição dos processos ecológicos e assegurar a continuidade, nomeadamente em termos de proteção e salvaguarda dos valores naturais existentes.	
3. Deverá ser promovida a gestão efetuada com recurso ao pastoreio em extensivo ou ao corte mecânico sem mobilização de solo de modo a travar a progressão sucessional.	Não aceite, porque as atividades agrícolas não estão sujeitas controlo prévio por parte da CM. No entanto, foi incluída norma que sujeita qualquer alteração de uso nestas áreas a parecer do ICNF, já que nestas áreas são identificadas espécies dos anexos do DL 140/99 (ver redação do artigo 11.º. em Anexo).
4. Aquando da solicitação de alteração do uso do solo nestas áreas, a Câmara Municipal deverá efetuar uma comunicação prévia às entidades competentes.	
<b>IV. PARECER</b>	
Face ao exposto, emite-se parecer desfavorável à proposta de plano apresentada no âmbito da revisão do PDM de Ferreira do Alentejo, fundamentada sumariamente no seguinte:	
1. Não acolhimento das observações/recomendações elencadas nos pareceres~anteriormente emitidos pelo ICNF, remetendo a proposta de plano para justificações sem enquadramento legal.	
2. A qualificação do solo apresentada – Espaços Agrícolas, não assegura a proteção da espécie Linaria Ricardoi (1713*). Atente-se que a Linaria ricardoi é uma espécie protegida pela Legislação	
3. A qualificação do solo onde se inserem os Charcos Temporários não assegura a sua proteção e	
4. A proposta da Estrutura Ecológica Municipal não inclui áreas com valores naturais a proteger e	
5. Os valores naturais existentes no concelho de Ferreira do Alentejo não estão, na íntegra, salvaguardados e protegidos em termos normativos/regulamentares.	
6. “Área de Proteção da Serra do Paço” e “Área de gabros” – qualificação de algumas áreas não asseguram a proteção dos valores naturais.	